



O processo educacional brasileiro do negro nos discursos escolares

Carla Sarlo Carneiro Chrysóstomo¹

RESUMO

Este trabalho apresenta as dificuldades do negro nos discursos escolares durante o processo educacional através de pesquisas bibliográficas; tendo como objetivo rever as práticas e vivências escolares que perpetuam na história traçada por uma cultura dominante e eurocêntrica, inflexível e pouco permeável. As dificuldades encontradas pelos negros no processo de aquisição de conhecimento ocorrem em decorrência do silenciamento do mesmo como sujeito social e protagonista de uma história plural.

Palavras chave: Educação, Discursos, Multiculturalismo.

¹ Mestre em Educação Superior pela UNINI/Puerto Rico; especialista em Novas Tecnologias em Educação pela UNIVERSO; pedagoga pela FAFIC; docente da Educação Básica e Ensino Superior no ISEPAM/FAETEC.

Introdução

A presente pesquisa bibliográfica intitulada *O processo educacional brasileiro do negro nos discursos escolares* tem como objetivo rever as práticas e vivências escolares que perpetuam na história traçada por cultura dominante e eurocêntrica, inflexível e pouco permeável.

O mesmo se justifica em decorrência das dificuldades encontradas pelos negros no processo de aquisição de conhecimento que ocorre no silenciamento do negro como sujeito social e protagonista de uma história plural.

Candau (2010) destaca que é necessário reinventar a educação escolar para oferecer espaços e tempos de ensino aprendizagem significativos em contextos sócio-político e culturais atuais, compreendendo a relação entre educação e cultura em sociedades multiculturais. Não é possível conceber experiências pedagógicas desculturalizadas, ou seja, desvinculadas totalmente das questões culturais da sociedade. A escola é concebida como espaço de cruzamento de culturas distinguindo-se das outras instâncias de socialização, mediando a reflexão das influências plurais.

Gabriel (2015) afirma que o negro compõe 50% da população brasileira com suas práticas culturais e identidades sujeitas ao estereótipo, a negação de portador de conhecimento e da experiência, as quais desconsideram o mesmo protagonista da história.

Os teóricos utilizados nessa pesquisa foram: Candau (2008 – 2010), Oliveira (2002), Gabriel (2015) e Frigotto (2014), além de documentos.

Determinantes históricos, econômicos, sociais e políticos do negro no processo educacional

A escola pública, gratuita e obrigatória do século XX é encarregada de missões históricas de grande importância criando um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos, considerados como iguais diante da lei. Ela é um importante espaço político em que uma sociedade melhor pode ser configurada quando desenvolve um processo de hibridização de culturas, conhecimento, poder e currículo, favorecendo reflexões críticas referentes ao conhecimento escolar. Portanto, Oliveira (2002) destaca que:

Há, no entanto, uma diferença importante nas visões milenaristas e apocalípticas dos dois milênios. É que, no segundo milênio, assistimos a uma politização e secularização das ideias de catástrofes e/ou redenção iminentes. A partir do século XVI, surgem movimentos milenaristas no seio de grupos sociais marginais ou marginalizados, em que a dramatização do tempo presente é posta ao serviço da revolução social e da realização utópica de uma sociedade melhor (OLIVEIRA, 2002, p. 21 - 22).

Segundo a autora supracitada fala-se da descoberta dos lugares entre um e outro milênio, um espaço tempo, um lugar que tem de ser descoberto para que todos os outros, passados e futuros, o possam ser também. É a descoberta da relação de poder e de saber. É a desigualdade de poder e de saber que transforma a reciprocidade da descoberta na apropriação do descoberto, a qual tem algo de imperial, uma ação de controle e de submissão; a produção da inferioridade.

Gabriel (2015) ressalta que segundo o último censo do IBGE, de 2010, foram contabilizados mais de 50% de negros na população brasileira com suas práticas culturais e identidades sujeitas ao estereótipo, que os fixa na imagem do folclórico, do subalterno, da não existência, do não saber. A sociedade brasileira apresenta a prática do racismo através do silêncio que o produz e é produzido por ele. Um racismo velado e disfarçado de falsa democracia racial. Portanto,

É exatamente este silêncio e a dissimulação da ideologia racista que torna a sociedade brasileira ao mesmo vítima e algoz da própria sociedade brasileira. Embora os negros sejam mais da metade da população isto não está representado no que diz respeito às referências éticas e estéticas presentes na sociedade (GABRIEL, 2015, p. 156 - 157).

A autora supracitada afirma que a linha abissal que divide o universo social transformada no barbante da “cama de gato” representa múltiplas formas de pensar, ver o mundo e inúmeras formas de conhecer e experimentar. A produção de conhecimentos e saberes desses grupos constroem as narrativas desses sujeitos.

É importante ressaltar que o conhecimento escolar é ambivalente, de múltiplos sentidos, de indecisões na incerteza, de subversões, colocando a escola sob suspeita. Desta forma, Candau (2008) afirma que:

A problemática da educação escolar está na ordem do dia e abarca diferentes dimensões: universalização da escolarização, qualidade da educação, projeto político pedagógico, dinâmica interna das escolas, concepções curriculares, relações com a comunidade, função social da escola, indisciplina e violência escolares, processos de avaliação no plano institucional e nacional, formação de professores/professoras, entre outras (CANDAU, 2008, p. 13).

A referida autora citada acima destaca que é necessário reinventar a educação escolar para poder oferecer espaços e tempos de ensino aprendizagem significativos, respeitando as sociedades multiculturais encontradas nos arredores escolares e assim desafiando os contextos sociopolíticos e culturais atuais.

Gabriel (2015) destaca que a metodologia adequada é a dialógica que ocorre nas relações, a qual se manifesta na linguagem de perguntas, no que enuncia, silencia, potencializa no momento em que sujeitos se encontram ou para narrar suas práticas e suas histórias ou em torno de um fazer ou fazeres.

Gonçalves apud Brasília (2005) retrata que ao longo do século XX em momentos da história republicana, as organizações dos movimentos de protestos dos negros desempenharam vários papéis no interior da população negra. Portanto,

Quando saímos do século XIX e adentramos o século XX, deparamo-nos com o abandono a que foi relegada a população negra. A maior parte dos estudos retrata a situação dos negros nas áreas urbanas, no período em que algumas cidades do país iniciam rápido processo de modernização. Mudanças bruscas de valores, associadas a profundas transformações no mercado de trabalho, exigiam, da parte dos diferentes segmentos sociais, a criação de novas formas organizacionais, por adoção de novos dispositivos psicossociais, que os ajudassem a se inserir na sociedade moderna (BRASÍLIA, 2005, p. 187).

De acordo com o referido documento esse contexto de mudanças sociais favoreceu estratégias de mobilidade social que emergiram os primeiros movimentos de protestos dos negros com o formato de um ator coletivo moderno, que se constrói na cena política, lutando contra as formas de dominação social.

Oliveira (2002, p. 47) questiona o pensamento dominante e os caminhos na compreensão das formas de exercício da cidadania, a qual se relaciona não apenas com o binômio cidadão-Estado, mas com os “[...] direitos de inclusão e de manutenção da integridade física e moral a serem exercidos em todos os “espaços estruturais” que constituem as sociedades contemporâneas”. Desta forma, as reivindicações são múltiplas e estão vinculadas aos modos como a integridade tem sido negada ou agredida dentro dos processos de formação de suas subjetividades, como pessoas de origens e referências culturais distintas.

Frigotto (2014, p. 128) enfatiza que o movimento dos negros é um movimento que desestrutura as relações de forças que correm pelo plano étnico e nas relações de dominação que correm na questão da cor. “Isso supõe uma sociedade fragmentada em subculturas, numa ausência de horizontes holísticos, coletivos, bem como da possibilidade de qualquer tipo de mobilização global”. Assim é anunciada a morte das ideologias, do homem como sujeito e ao mesmo tempo objeto de um saber legítimo que configura-se nas numerosas comunidades irrecuperáveis e fragmentadas.

Dificuldades encontradas pelo negro em sala de aula enquanto sujeito social

Candau (2010) ressalta que a realidade educacional é muito heterogênea e plural, que a questão da qualidade da educação apresenta-se como a solução da crise que atravessa os sistemas escolares no continente. Portanto,

[...] A pluralidade de espaços, tempos e linguagens deve ser não somente reconhecida, como promovida. A educação não pode ser enquadrada numa lógica unidimensional, aprisionada numa instituição específica. É energia de vida, de crescimento humano e de construção social. O importante é seu horizonte de sentido: formar pessoas capazes de ser sujeitos de suas vidas, conscientes de suas opções, valores e projetos de referência e atores sociais comprometidos com um projeto de sociedade e humanidade (CANDAU, 2010, p. 13).

A autora citada acima afirma que é necessário liberar o potencial transformador das práticas educativas multiplicando os *locus* de promoção, afirmando diferentes ecossistemas educativos.

Frigotto (2014) ressalta que o aparecimento do homem como sujeito e objeto privilegiado surge no e pelo discurso caracterizando a *epistème* moderna. Portanto,

O surgimento da humanidade num campo de discurso corresponde a uma nova maneira de existência social em que as pessoas são ao mesmo tempo transformadas em sujeitos e reificadas como objetos de conhecimento, como “corpos” situados num campo de forças constituído por estratégias de poder que são também estratégias do conhecimento tendentes a instituir uma integração do sujeito no mesmo campo (FRIGOTTO, 2014, p. 125).

O autor supracitado afirma que no século XIX desenvolveu-se novos métodos de classificação, hierarquização, codificação, vigilância e tecnologia disciplinar produzindo coerção e subjugação.

Candau (2008) enfatiza que a escola tem caráter homogeneizador e monocultural necessitando construir práticas educativas que atendam as diferenças e ao multiculturalismo. Desta forma, a mesma deve ser concebida como um espaço de cruzamento de culturas, fluido e complexo, atravessando territórios e conflitos, mediação reflexiva de influências plurais.

Frigotto (2014) ressalta a questão epistemológica da reconstrução histórica na construção do objeto, fundamental no avanço da compreensão da realidade e do trabalho educacional. Desta forma, verificou dificuldades que ocorrem nesse processo como: aproximação semântica com totalitarismo; compreensão equivocada de que a totalidade tem o sentido de tudo; lógica pós moderna que busca ignorar a história

como produção econômica e cultural da existência humana; o privilégio da individualidade; exclusão do conhecimento histórico; história guiada pela Providência, pelo elemento religioso; preocupação com os aspectos político institucionais e a interpretação da relação sujeito-objeto. Desta forma,

A história dos povos mostra que as diferentes concepções e os diferentes relatos que constituem sua história têm, implícita ou explicitamente, posições políticas ideológicas de exaltação, de defesa ou de condenação a homens, ações e acontecimentos, atos estes que não estão confinados ao passado (FRANCO apud FRIGOTTO, 2014, p. 196).

O referido autor explica que os relatos não são narrativas cronológicas lineares, histórias objetivas ou subjetivas do passado. São explicações de discursos que se projetam do passado para o presente, instaurando formas em direção ao futuro. A história como objeto e método de conhecimento é um processo vivido.

Candau (2010) considera importante a questão didática quando se trata das múltiplas relações que tecem os diferentes saberes e competências que estão em jogo na prática educativa. Por isso, a não neutralidade dos conteúdos, das disciplinas escolares e a multidimensionalidade das práticas pedagógicas permitem que:

[...] desvelar o grau de imbricação das questões educativas em contextos político, econômico e sócio-cultural mais amplos, reafirmando a necessidade de pensá-las a partir de suas dimensões relacionais, isto é, de forma articulada e historicamente contextualizada, ela não implica, contudo, na negação de um certo grau de autonomia das mesmas. Assumir a não-neutralidade e não-unilateralidade do campo da didática, não é a mesma coisa que negar as suas especificidades enquanto espaço de reflexão e de intervenção (CANDAU, 2010, p. 240 - 241).

A autora citada acima procura sublinhar o papel que é atribuído à categoria saber histórico escolar veiculado pelos livros didáticos, como instrumento pedagógico na produção e divulgação do mesmo. Ele pode ser considerado como um dos mecanismos pedagógicos utilizados no processo de seleção e de didatização dos saberes de referência.

Segundo Brasília (2005) no início do século XX, a população negra, aumentou a sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra, destacando-se o direito à educação. A herança do passado escravista afastou as crianças negras dos bancos escolares, pois eram levadas a atividades remuneradas para ajudar no sustento da família. A escolarização dos homens negros nascidos no início desse século ocorria na fase adulta. E as mulheres eram encaminhadas a orfanatos, onde recebiam preparo para

trabalhar como empregada doméstica ou como costureira, estigmatizando a mulher negra no mercado de trabalho, ocorrendo no final dos anos 20 o desemprego no meio negro. Portanto,

Nos jornais da imprensa negra paulista do começo do século, no período fecundo de sua divulgação, que vai dos anos 20 ao final dos anos 30, encontram-se artigos que incentivam o estudo, salientam a importância de instrumentar-se para o trabalho, divulgam escolas ligadas a entidades negras, dando-se destaque àquelas mantidas por professores negros. Encontram-se mensagens contendo exortações aos pais para que encaminhem seus filhos à escola e aos adultos para que completem ou iniciem cursos, sobretudo os de alfabetização. O saber ler e escrever é visto como condição para ascensão social, ou seja, para encontrar uma situação econômica estável, e, ainda, para ler e interpretar leis e assim poder fazer valer seus direitos (BRASÍLIA, 2005, p. 191 - 192).

De acordo com o documento acima precisava não só escolarizar mas formar uma consciência política e social para efetuar uma mudança significativa, evitando assim a discriminação e a exclusão.

Para Gomes apud Brasília (2005) a escola é uma instituição formadora não só de saberes escolares, mas também, sociais e culturais. No campo da educação e da cultura tem se destacado o processo de construção das identidades sociais, enfatizando a escola como mais um espaço presente na construção do complexo processo de humanização, valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. Sendo assim,

O discurso pedagógico, ao privilegiar a questão racial, não gira somente em torno de conceitos, disciplinas e saberes escolares. Fala sobre o negro na sua totalidade, refere-se ao seu pertencimento étnico, à sua condição socioeconômica, à sua cultura, ao seu grupo geracional, aos valores de gênero etc. Tudo isso se dá de maneira consciente e inconsciente (BRASÍLIA, 2005, p. 232).

No referido documento destacam-se práticas e vivências escolares que estão impregnadas nos livros didáticos possibilitando a construção de experiências de discriminação racial. A escola impõe padrões de currículo, de conhecimento, de comportamentos e de estética, uniformizando padrões. Mascaram no interior do espaço escolar a representação do que é ser negro através de discursos e relações pedagógicas entre si.

Candau (2010) apresenta a existência de um currículo engessado com visão eurocêntrica e uma cultura escolar que ignora a realidade plural apresentando um caráter monocultural, pouco permeável, negando e silenciando os saberes sociais,

promovendo a violência nos espaços escolares. Portanto, “a violência não pode ser reduzida ao plano físico, mas abarca o psíquico e o moral. Talvez se possa afirmar que o que especifica a violência é o desrespeito, a coisificação, a negação do outro, a violação dos direitos humanos” (CANDAUI, 2010, p. 141). Esses são os aspectos que estão presentes nas redes visíveis e invisíveis que vinculam a sociedade e as diferentes formas de violência presentes no dia-a-dia das escolas.

Considerações Finais

A história da educação pública elementar, doada pelas elites aos grupos segregados teve como referência as formas hegemônicas de pensar os destinatários dessa educação, onde os negros não aparecem como sujeitos centrais da história da educação nos processos de ensino e sim como grupo social marginalizado e inferiorizado agradecido às decisões avançadas ou conservadoras das elites governantes ou como trabalhadores empobrecidos sem direitos adquiridos e sem condições de exigir os seus direitos.

O sistema educacional carrega as marcas da velha e persistente segregação social e racial, retratando a lenta garantia dos negros aos seus direitos humanos, à educação, à escola e à universidade.

O domínio da perspectiva do conhecimento apresenta-se dificultando a trajetória educacional dos negros, através de modelos burgueses, capitalistas, eurocêntricos, currículos engessados, com caráter monocultural, silenciando o cruzamento de culturas. É necessário reinventar a educação priorizando a mesma como *locus* de conhecimento e de aprendizagem favorecendo e promovendo práticas educativas multiculturais, reorganizando e reestruturando a realidade plural encontrada nos bancos escolares.

Referências Bibliográficas

BRASÍLIA. **Educação como exercício de diversidade**. UNESCO, MEC, ANPED, 2005.

CANDAUI, Vera Maria e Antônio Flávio Moreira (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____ (org.). **Reinventar a escola**. 7ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio e Maria Ciavatta (org.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GABRIEL, Carmen Teresa e Miriam Leite. **Linguagem, Discurso, Pesquisa e Educação**. 1ª edição. Petrópolis: RJ: De Petrus: Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de e Paulo Sgarb (org.). **Redes culturais, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.